

Condições De Vida E Trabalho Na Economia Solidária E Na Economia Capitalista

Regina Lúcia Sanches Malassise (Instituto Catuaí de Ensino Superior e da Universidade Estadual de Londrina) remalassise@uol.com.br
Rozane Alves (Faciesi) rozane.alves@hotmail.com

Resumo

O presente artigo discorrerá sobre as condições de vida e trabalho na economia capitalista e na economia solidária de acordo com as características de cada uma encontradas na literatura; tratará também dos valores e princípios encontrados nos empreendimentos cooperativistas e as diferenças entre o associativismo e o cooperativismo. A empresa e o sistema capitalista de forma clara e nítida privilegiam os lucros e concentram renda nas mãos de poucas pessoas. Cerceam o crescimento dos seus funcionários, pois o desenvolvimento humano está submetido ao retorno financeiro. A economia solidária com seus empreendimentos parece ser uma alternativa para a institucionalização da democracia nos ambientes de trabalho, das decisões compartilhadas, no crescimento do ser humano de forma integral assumindo responsabilidades pelas decisões conjuntas, diminuindo a alienação no trabalho, uma vez que os princípios que regulam as atividades dos empreendimentos solidários são diferentes dos princípios capitalistas. Percebe-se que são grandes as diferenças entre economia capitalista e solidária. As diferenças são pautadas pelos objetivos almejados em cada uma das formas de organização produtiva. A economia capitalista prescinde do lucro como forma de continuar sobrevivendo na economia de mercado e a economia solidária se questiona a quem o excedente deve servir para a perpetuação do empreendimento no mercado ou para a perpetuação do ser humano em seu contexto integral, preservando o caráter psicológico, ético e de existência do ser consciente e condizente com estes valores.

Palavras-chave: princípios; valores; qualidade de vida; empreendimentos solidários

Introdução

Na sociedade contemporânea e no mundo do trabalho, de acordo com Fromm (1987), os valores humanistas foram postos em segundo lugar e o desenvolvimento tecnológico passa a ser a base da nova ética. A eficiência e a produção máxima reduziram as pessoas a unidades quantificáveis administradas por regras burocráticas.

Em conseqüência destes valores, o pensamento mecanicista e tecnicista separou o planejamento do trabalho de sua execução e a razão da emoção, considerando assim que quanto mais racional as organizações fossem, mais sucesso teriam. Os resultados financeiros foram privilegiados em detrimento do bem estar das pessoas no trabalho.

A divisão do trabalho, a preocupação excessiva com as partes e com a eficiência, estimulou ambientes competitivos e não cooperativos, onde a ação é sempre priorizada em relação ao pensamento e ao aprendizado.

Para Fromm (1983), a sociedade industrial esqueceu de incluir em seus padrões de eficiência os interesses da sociedade e o elemento humano. A desumanização ocorreu em função da eficiência. A tecnologia é utilizada para controlar o comportamento dos trabalhadores tornando-os dóceis, porém esse controle excessivo faz com que eles se sintam incapazes, ansiosos e frustrados levando-os à indiferença ou à hostilidade.

O equilíbrio entre o ter e o ser, para De Masi (1999), é um sinal dos valores femininos que estão emergindo, promovendo uma maior preocupação com a qualidade de vida. Para que a vida e o trabalho tenham significado deve-se considerar o estabelecimento de princípios e o viver e decidir de acordo com estes princípios. De acordo com Bendaly (1998), as pessoas precisam sentir que o trabalho tem um significado para elas e querem acreditar que estão contribuindo para uma organização que funciona de acordo com princípios de que tenham orgulho.

A empresa e o sistema capitalista, de forma clara e nítida, privilegiam os lucros e concentram renda nas mãos de poucas pessoas. Cerceam o crescimento dos seus funcionários, pois o desenvolvimento humano está submetido ao retorno financeiro, se der lucro a empresa investe. O ser humano é somente um recurso como outro qualquer e por mais que se fale em responsabilidade social, em desenvolvimento e gestão de talentos e competências, os mesmos só servirão para que a empresa capitalista tenha mais lucro, melhore sua imagem no mercado, venda mais e concentre mais dinheiro nas mãos de seu dono. Seus ambientes ainda são autoritários e concentradores de poder.

A economia solidária, com seus empreendimentos, parece ser uma alternativa para a institucionalização da democracia nos ambientes de trabalho, das decisões compartilhadas, do crescimento do ser humano de forma integral assumindo responsabilidades pelas decisões conjuntas, diminuindo a alienação no trabalho, não só para produzir mais e dar mais lucro, mas de ser visto como ser humano. Para Lisboa (2005) os empreendimentos solidários não podem se esquecer da necessidade de geração de um excedente e do papel fundamental deste no processo de sustentabilidade do investimento solidário, mas limitando-o às condições de reprodução da vida e utilizando-o como um instrumento para a melhoria da qualidade de vida.

O presente artigo discorrerá sobre as condições de vida e trabalho na economia capitalista e na economia solidária de acordo com as características de cada uma encontradas na literatura; tratará também dos valores e princípios encontrados nos empreendimentos cooperativistas e as diferenças entre o associativismo e o cooperativismo.

O Trabalho na sociedade industrial e a qualidade de vida do trabalhador

A indústria modificou o conceito de trabalho, sendo, a partir deste advento, conhecido como uma atividade de múltipla programação e altamente direcionada que se presta a um estranho mediante ao pagamento de salário.

O trabalho, como era conhecido inicialmente, foi concebido como sendo uma atividade que altera o estado natural de determinados materiais encontrados para melhorar sua utilidade. Para Braverman (1987, p.50) “o trabalho humano é consciente e proposital” e o homem quando o realiza, utiliza suas capacidades de pensar e imaginar, conceber e projetar determinado objeto que quer transformar. Este conceito de trabalho se refere a uma época anterior àquela que o mecanizou e segmentou e entende o trabalho com um sentido amplo e completo.

A situação do homem frente a estes novos acontecimentos foi agravada com o advento da industrialização. Onde, de acordo com De Masi (1999), os trabalhadores autônomos foram transformados em camponeses subempregados e dependentes, submetidos a uma disciplina paramilitar, sob a supervisão de chefes hostis e a um ritmo estressante de trabalho de longas jornadas.

Com a utilização em massa das máquinas, o trabalho passou a ser relacionado com palavras como alienação, exploração e estresse. A alienação acontece nas relações de trabalho da sociedade moderna e para Codo (1985, p.8) “o homem alienado é um homem desprovido de si mesmo”. O saber operário lhes foi tirado com a divisão entre trabalho manual e intelectual afirmam Codo, Sampaio e Hitomi (1993). Outro agravante ocorreu relativamente à

exploração das pessoas e ao lucro, Codo (1985) destaca que o trabalho torna-se fonte de exploração de um homem pelo outro.

A supervisão tornou-se necessária para manter a ordem e a disciplina e controlar os meios e métodos da produção, confirmando o poder do capital sobre o trabalho. As normas e regulamentos são ditadas pelo detentor do capital e simplesmente repassadas para o trabalhador que não poderá discuti-las. É neste clima que acontecem as relações de trabalho.

No processo de produção artesanal, De Masi (1999) lembra que o trabalho era realizado em casa, onde emoção e afetividade, produção e reprodução, homem e mulher conviviam no mesmo espaço. A industrialização, em nome da eficiência, achou por bem segmentar razão e emoção, tornando os ambientes de trabalho frios e racionais e segundo Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p.97):

O trabalho é mágico porque é duplo, carrega em si a maldição da mercadoria, a fantasmagoria do dinheiro: de um lado aparece como valor de uso, realizador de produtos capazes de atender necessidades humanas; de outro, como valor de troca, pago por salário, criador de mercadoria, e ele mesmo é uma mercadoria no mercado.

O valor de uso diferencia e considera que o trabalho possui um significado pessoal, individual e social, é também chamado de trabalho concreto. Aqui ocorre a construção deste significado pelo indivíduo que é intransferível. O valor de troca iguala o trabalho a todos os outros produtos, é chamado de trabalho abstrato. No trabalho abstrato o que importa é a geração da riqueza, da produtividade e as jornadas de trabalho.

O trabalho concreto evoluiu da atividade artesanal para a grande indústria internacionalizada; da substituição da força física para a maquinaria, do trabalho individual para o coletivo, apesar de não promover a sua coletivização. Em decorrência desta evolução, as relações de trabalho também sofreram alterações. A medida que o saber fazer foi sendo transferido do trabalhador para as máquinas estas relações evoluíram para maior expropriação dos direitos do trabalhador sobre os frutos de seu trabalho que passam a ter pouco de arte e muito de mercadoria.

No trabalho abstrato, tudo se iguala e o trabalhador vira mercadoria, perdendo sua condição de indivíduo ao cruzar os portões das empresas, porque se iguala à força de trabalho e aos demais produtos que são comercializados. A força de trabalho se diferencia do trabalho porque o homem perde a condição de utilização do pensamento, do planejamento ou da concepção das tarefas, igualando-se ao que hoje se chama nas empresas de mão-de-obra ou recursos humanos. Esta condição subtrai do homem a capacidade de ser humano em sua essência.

Quando sai do trabalho, assume novamente a condição de ser humano consciente e para Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p.114):

Diante do trabalho alienado, quando o produto se divorcia do produtor e, portanto o produtor se afasta de si mesmo, estamos lidando com um fenômeno que equivale à morte (física, psicológica ou social) do trabalhador. O problema é que o trabalhador não morreu em nenhum destes sentidos, continua lá com seus sentimentos, esperanças, sonhos, fantasias.

Para Moscovici (1999), o fato de não se considerar a produtividade em termos qualitativos, mas somente quantitativos, é mais um agravante. A valorização do fazer leva o homem a perder sua identidade aumentando sua ansiedade. Esta ansiedade espelha-se na sociedade perante a qual o indivíduo só se sente integrado ao fazer parte de uma organização.

O ser se expressa nas atividades espontâneas, nas emoções e nos sentimentos que fluem naturalmente. A mecanização do trabalho excluiu o ser deste ambiente. Estressado pelas exigências do trabalho, ele sente-se vazio por não conhecer sua individualidade e suas

necessidades. No processo de perda da individualidade ele não pergunta quem é, mas sim o que tem e por não conhecer suas necessidades acredita que a cura para seus males pode vir através do consumismo, muitas vezes desenfreado, pois as mercadorias lhe proporcionam alívios cada vez mais instantâneos, rápidos e passageiros, é como tomar um remédio para dor de cabeça, o efeito passa, mas a causa não é eliminada.

De acordo com Fromm (1975, p. 52) “poucas pessoas formulam a questão da qualidade, ou de que vale todo este aumento de quantidade” e ainda que “todos os esforços são orientados para fazer mais, a qualidade de vida perde toda a importância e as atividades que outrora eram um meio passam a ser um fim”, o progresso é sinônimo de aumento de quantidade e não da valorização da qualidade.

Entretanto, essa idéia de progresso criou uma série de problemas, tanto para o homem em seu trabalho, quanto para a sociedade. Estimulado a consumir demasiadamente, se viu pressionado a trabalhar mais para ter mais dinheiro e consumir mais. Criando um círculo vicioso e gerando outros problemas relativos à qualidade de vida.

Lorenz (1974) lembra que dos males que afligem o homem, destaca-se a angústia excessiva com que ele convive diariamente em função das obrigações do mundo moderno. A angústia de ser ultrapassado na corrida, de ficar sem dinheiro, de errar numa decisão, de não estar de acordo numa situação esgotante e de perder seu emprego contribuem para aumentar as suas aflições.

Sua saúde física é abalada pelas angústias que sofre, levando-o a fugir de si mesmo envolvendo-o numa agitação constante e não tendo tempo para se conhecer e descobrir o seu eu, sendo levado pelos desejos e ambições que, muitas vezes, não são provenientes dele, mas do exterior, por isso não estará jamais satisfeito.

O trabalho na economia solidária

Segundo Gaiger (2000), a economia solidária reúne as seguintes características: os empreendimentos solidários buscam combinar a eficiência e a viabilidade com as práticas dos princípios cooperativos e democráticos, procuram a autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social e a obtenção de resultados econômicos com benefícios na educação, qualificação profissional e cultura. Ou seja, busca a reprodução ampliada da vida e não somente a acumulação de capital.

Os projetos da economia solidária segundo Cattani (2003), são fenômenos que no concreto correspondem a instituições formais e práticas sociais e na dimensão abstrata a valores, percepções que não estão de acordo com a economia e as práticas convencionais. Lisboa (2005), completa argumentando que a busca por melhor bem estar e qualidade de vida da economia solidária torna-se real somente quando os grupos percebem os processos econômicos como ameaçadores e **optam** por deixar de maximizar retornos.

Os desafios da nova economia, segundo Cattani (2003) passam pela necessidade de se romper com o capitalismo e a sua forma de organizar o trabalho. A economia solidária deve conceber ambientes democráticos e não consolidar as práticas alienantes do trabalho. É preciso fundir a força física à intelectual na realização do trabalho e criar um ambiente em que os trabalhadores que realizam funções operacionais também participem das decisões.

Para Coraggio (2000), o empreendimento solidário não objetiva acumular capital, mas melhorar a qualidade de vida de seus membros. A unidade doméstica é a célula da economia solidária e popular, podendo ser formada por vínculo de sangue, ou ainda por pessoas da comunidade, por vizinhos ou amigos que se unem e articulam estratégias a fim de reproduzir a vida.

A vida torna-se o centro da atenção e não o empreendimento. Não há separação entre casa e trabalho, o trabalho é realizado no local onde se habita e os recursos financeiros devem

servir às pessoas e às suas necessidades de sobrevivência e não ao empreendimento, que não deve ser confundido e nem ser tratado como empresas informais ou micro e pequenas empresas. É uma lógica diferente de vida e trabalho.

No Brasil os diferentes empreendimentos de economia solidária, segundo Singer (2002), passam pela experiência da autogestão que teve aumentos consideráveis na década de 80 e 90 com os trabalhadores assumindo o comando de empresas que tinham falido; das cooperativas que funcionam dentro do movimento sem terra; das experiências urbanas de cooperativismo, associativismo e grupos de geração de trabalho e renda que nascem nas comunidades e as redes de colaboração solidária, enfim as experiências são inúmeras e surgem como uma forma de luta pela e para a vida.

Cooperativismo e Associativismo

O cooperativismo é tão antigo quanto o capitalismo industrial. Segundo Santos e Rodriguez (2002) as primeiras cooperativas surgiram em 1826, na Inglaterra. O pensamento associativista era uma alternativa, para os trabalhadores e camponeses empobrecidos, de recuperar trabalho e autonomia em meio ao surgimento de novas tecnologias de produção como as máquinas-ferramenta e o motor a vapor.

Para Jesus e Tiriba (2003) a palavra cooperação significa operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar. Schimidt e Perius (2003, p.63) definem as cooperativas como “associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais”.

Segundo Singer (2002), as cooperativas foram estruturadas de acordo com os valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizados na ideologia do socialismo. O cooperativismo inspira-se em valores como: autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade que se transformaram em sete princípios:

- a) O vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas aos novos membros;
- b) O controle democrático por parte dos membros – as decisões são tomadas pelos cooperados de maneira que cada cooperado seja considerado como um voto, independentemente das contribuições de capital que cada membro tenha feito;
- c) A participação econômica dos membros - tanto como membros da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição dos proventos;
- d) A autonomia e a independência em relação ao estado e a outras organizações;
- e) O compromisso com a educação dos membros da cooperativa;
- f) A cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais ou mundiais;
- g) A contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada.

Há diversos tipos de cooperativas e para Singer (2002), as de produção são consideradas unidades básicas da economia solidária; existem ainda as de comercialização que são compostas por produtores autônomos, individuais ou familiares que podem fazer compras ou vendas juntos, sendo sua produção e ganho individual e as sobras divididas proporcionalmente entre os cooperados, de acordo com o volume comprado ou vendido e também as cooperativas de consumo ou de crédito. Mas para ser uma empresa da economia solidária é fundamental que não haja separação entre trabalho e capital e que não haja trabalho assalariado, evitando assim as lutas de classes. As cooperativas que empregam pessoas são denominadas de cooperativas mistas e não são consideradas como sendo parte da economia solidária.

Nas cooperativas de produção, como explica Singer (2002), não existe lucro, porque a sua receita não é distribuída proporcionalmente às cotas de capital, as sobras, como são chamados os excedentes anuais, têm seu destino decidido pelos cooperados, estas podem ser destinadas ao reinvestimento ou ao fundo indivisível que pertence ao coletivo dos sócios. Todos os trabalhadores são proprietários e todos trabalham na empresa, a sua administração é eleita em assembléia geral e se pauta nas decisões aprovadas.

O associativismo, de acordo com Albuquerque (2003), caracteriza-se por ser uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem a finalidade de defender os interesses dos cidadãos associados. As associações podem ser formadas a partir de duas pessoas, as decisões são tomadas através de assembléias gerais, onde cada pessoa tem direito a um voto, seus dirigentes não têm remuneração, são apenas reembolsados pelas suas despesas, as sobras das operações financeiras são reinvestidas na própria associação.

Conclusão

Percebe-se que são grandes as diferenças entre economia capitalista e solidária. As diferenças são pautadas pelos objetivos almejados em cada uma das formas de organização produtiva. Enquanto a economia capitalista prescinde do lucro como forma de continuar sobrevivendo na economia de mercado, a economia solidária se questiona a quem o excedente deve servir para a perpetuação do empreendimento no mercado ou para a perpetuação do ser humano em seu contexto integral, preservando o caráter psicológico, ético e de existência do ser consciente e condizente com estes valores.

Por outro lado, deve-se destacar que esta não pode ser dita revolucionária, porque não intenciona derrubar a economia capitalista. Parece mais uma forma de convivência com esta economia e a partir daí o cooperativismo e associativismo surgem como instituições alternativas de organização produtiva no qual a liberdade individual é aceita e tem como critério máximo a adesão voluntária e consciente de seus membros. Portanto parece-nos só ser possível entender a viabilidade dos empreendimentos solidários a partir do reconhecimento e aceitação do grupo destes pressupostos, pois as demais decisões que deverão ser tomadas no ambiente democrático, cooperativo ou associativo, só podem ser efetuadas mediante este elevado grau de consciência grupal.

Referências

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: Cattani, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.
- BENDALY, Leslie. **Organização 2000**: novos caminhos para empresas e equipes em uma economia globalizada. São Paulo: Futura, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CATTANI, Antônio David. **A outra economia**: os conceitos essenciais. In _____. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-14.
- CORAGGIO, J. L. **Da Economia dos setores populares à economia do trabalho**. In _____. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo : Brasiliense, 1ªed. 1985.
- CODO, Wanderley; SAMPAIO, J. Jackson Coelho e HITOMI, Alberto H. **Indivíduo trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes,1993
- DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho, fadiga e ócio na sociedade industrial**. Rio de Janeiro: José Olímpio; Distrito Federal : UNB, 1999
- FROMM, Erich. **A revolução da esperança, por uma tecnologia humanizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

- _____. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 14^a ed., 1983.
- JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. **Cooperação**. In: Cattani, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.
- LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária e autogestão**: imprecisões e limites. RAE. Jul/Set. 2005, p. 109 – 115.
- LORENZ, Konrad. **Civilização e pecado: os oito erros capitais do homem**. Rio de Janeiro: Artenova, vol. 4, 1974.
- MOSCOVICI, Fela. **Renascença organizacional, a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999
- SANTOS, Boaventura de Souza e RODRIGUES, César. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHIMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo – cooperativa**. In: Cattani, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.